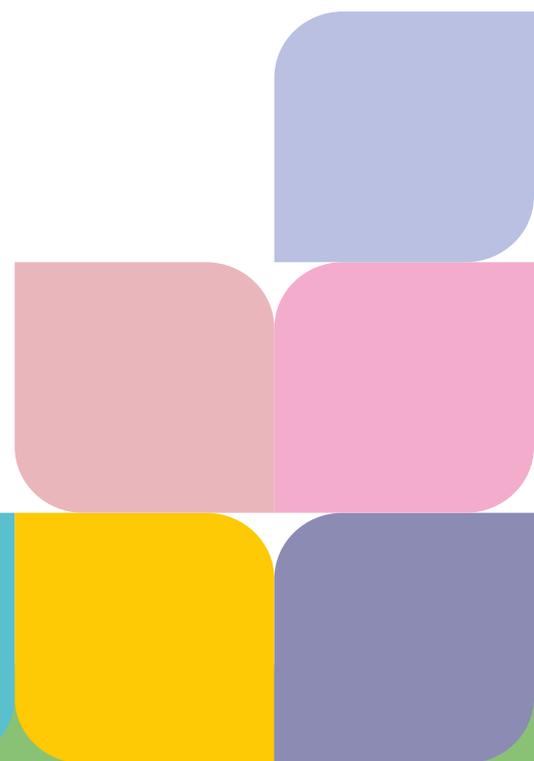




PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO



2 0 2 5

Sumário

1. Apresentação.....	4
2. Estratégia Institucional da Esmat	7
3. A Metodologia do Plano Anual de Capacitação (PAC) - 2025	11
4. Objetivo	15
5. Resultados Esperados	16
6. Áreas de Desenvolvimento.....	17
7. Distribuição das Ações de Capacitação por Eixo Temático .19	
Tabela 1 - Atividades/Cursos/Eventos -Eixo Temático Cível	20
Tabela 2 - Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Criminal	22
Tabela 3 - Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Família.....	23
Tabela 4 - Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Fazenda Pública	24
Tabela 5 - Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Execução Fiscal	24
Tabela 6 - Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Infância e Juventude.....	25
Tabela 7 - Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Políticas Públicas	26
Tabela 8 - Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Governança e Gestão.....	27
Tabela 9 - Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Tecnologia da Informação e Inovação.....	31
Tabela 10 - Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Meio Ambiente e Sustentabilidade.....	33

Tabela 11 - Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Acessibilidade e Inclusão.....	34
Tabela 12 - Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Desenvolvimento Humano.....	35
Tabela 13 - Atividades/Cursos/Eventos Eixo Temático Saúde	36
8. Eventos Institucionais.....	37
Tabela 14 - Calendário de Eventos	38
9. Pós-Graduações Lato Sensu	40
10. Pós-Graduações Stricto Sensu.....	41
11. Orçamento.....	42
12. Vigência.....	43
13. Considerações Finais.....	44
14. Referências.....	46
15. Expediente	56

1. Apresentação

O Plano Anual de Capacitação (PAC ESMAT 2025) é um instrumento de planejamento do desenvolvimento de atividades educacionais voltadas à formação, à capacitação e ao aperfeiçoamento, por meio de cursos de curta, média e/ou longa duração, e se consolida como instrumento estratégico voltado ao desenvolvimento contínuo das competências individuais e organizacionais de magistrados(as) e de servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. Em consonância com os princípios de eficiência, economicidade e alinhamento institucional, o PAC ESMAT 2025 reflete o compromisso da Esmat com a excelência na prestação jurisdicional, por meio de uma ampla gama de atividades educacionais.

O planejamento das atividades educacionais tem por escopo realizar atividades educacionais que permitam aos(as) magistrados(as) e servidores(as) desenvolverem e/ou aprimorarem as competências necessárias ao pleno desenvolvimento de suas atividades institucionais, sejam elas áreas meio ou fim, com vista a promover melhoria nos serviços jurisdicionais prestados à sociedade.

Este plano foi elaborado com base no planejamento estratégico da Esmat e do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, alinhado às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao escopo da Certificação ISO 9001:2015. A proposta contempla cursos, eventos e pós-graduações *lato* e *stricto sensu*, distribuídos em 13 eixos temáticos, abrangendo áreas cruciais como Tecnologia da Informação, Governança, Acessibilidade, Inovação e Políticas Públicas. O objetivo central é promover ações educativas que preparem os(as) profissionais para os desafios contemporâneos e fortaleçam a relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.

Além disso, a promoção de atividades educacionais que visam à capacitação/conscientização em formatos de eventos, propiciará a participação social na busca por uma melhor compreensão de temáticas atuais a serem pautadas e disseminadas em ações práticas desenvolvidas pelo Poder Judiciário Tocantinense.

Com o apoio de núcleos especializados, como o Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Nufam), o Núcleo de Capacitação e Aper-



feioamento de Servidores (Nucas) e o Núcleo de Pós-Graduações (NPOS), o PAC ESMAT 2025 busca atender de forma integrada às necessidades estratégicas, táticas e operacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, garantindo impacto positivo na qualidade dos serviços prestados.

2. Estratégia Institucional da Esmat

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) entende que organizações públicas necessitam de uma estratégia consistente para que todos(as) os(as) seus(suas) colaboradores(as) tenham, de forma clara, o conhecimento da situação que se deseja alcançar, podendo, dessa forma, aproveitar as oportunidades de melhoria e de crescimento e adotar medidas para combater as ameaças externas, além de proporcionar à sociedade a excelência nos serviços prestados.

Os desafios da gestão pública são infinitos, e só são combatidos por meio de estratégias adequadas. É preciso identificar as necessidades das partes interessadas; realizar o exercício da priorização das tarefas; definir os rumos para atendê-las, de forma a alcançar o melhor custo-benefício; executar as ações, de forma a materializar o planejamento proposto; monitorar os resultados; e corrigir a rota sempre que necessário.



Diante desses desafios, a Esmat entende que o planejamento estratégico é crucial para o cumprimento de sua **missão**, que é:

“Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional”.



A Esmat considera em sua estratégia os macrodesafios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme figura abaixo:



Fig. 1 – Macrodesafios do CNJ

Fonte: <https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/estrategia-nacional-do-poder-judiciario-2021-2026/processo-de-formulacao/macrodesafios-2021-2026/>



A partir desse conjunto de informações, a Esmat definiu seus objetivos estratégicos com base nas perspectivas propostas pelo Balanced Score Card (BSC), conforme mapa estratégico abaixo:

MAPA ESTRATÉGICO 2021 / 2026

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE - ESMAT

MISSÃO

Formar e aperfeiçoar os magistrados e servidores, em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional

VISÃO

Ser reconhecida pela excelência na formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, com fomento à pesquisa e boas práticas, objetivando o aprimoramento da prestação jurisdicional

POLÍTICA DE QUALIDADE

Melhorar continuamente o processo de formação de Magistrados e Servidores, respeitando a legislação estabelecida. Rev01

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

PERSPECTIVAS DO BSC	SOCIEDADE	Desenvolver capacitações para o fortalecimento do julgamento de ações visando a garantia dos direitos fundamentais, conforme artigo 5º da CF	Fortalecer a comunicação de forma estratégica e transparente	
	PROCESSOS INTERNOS	Desenvolver capacitações para o fortalecimento da agilidade na prestação jurisdicional	Desenvolver atividades educacionais nas temáticas de conciliação e prevenção de judicializações	Desenvolver atividades educacionais com os temas: Corrupção, Improbidade Administrativa e Ilícitos Eleitorais
		Promover a acessibilidade e sustentabilidade nas ações administrativas e educacionais	Desenvolver atividades educacionais relacionadas ao sistema de precedentes obrigatórios conforme CPC de 2015	Realizar ações para o desenvolvimento e fortalecimento da gestão administrativa, gestão da justiça criminal e governança judiciária
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Estabelecer plano de capacitação para servidores da ESMAT	Otimizar os recursos orçamentários disponíveis com efetividade	Desenvolver ações de fortalecimento de TIC e proteção de dados de usuários	

VALORES Ética • Moral • Cultura • Respeito • Urbanidade • Dedicção ao Estudo e ao Trabalho • Responsabilidade

Fig. 2 - Mapa Estratégico da Esmat

Fonte: Manual da Qualidade da Esmat



3. A Metodologia do Plano Anual de Capacitação (PAC) - 2025

A Resolução nº 347 do Conselho Nacional de Justiça, de 2020, que institui a Política de Governança das Contratações Públicas dos Órgãos do Poder Judiciário, dispondo sobre princípios, diretrizes, instrumentos e mecanismos, diz no artigo 5º:

“São considerados instrumentos de governança em contratações públicas do Poder Judiciário, dentre outros”:

I. O Plano de Logística Sustentável;

II. O Plano Anual de Contratações;

III. O Plano Anual de Capacitação; e

IV. O Plano de tratamento de riscos do macro-processo e de contratações, observado o disposto no inciso IV do art. 30.

Além disso, o § 1º diz o seguinte:

“Os instrumentos de governança previstos nos incisos I, II e III devem estar sistematizados e alinhados entre si, com o plano estratégico do órgão e com os demais planos instituídos em normativos específicos, de



modo que consolidem as diretrizes desta Resolução e as estratégias do órgão”.

O artigo 13 complementa informando que:

“Observado o modelo de competência e as disposições constantes do Capítulo IV desta Resolução, os órgãos do Poder Judiciário deverão estabelecer formalmente o Plano Anual de Capacitação, contendo ações de capacitação para as funções-chave da gestão de contratações, incluindo dirigentes, pregoeiros, membros das comissões de licitação, servidores que atuam na pesquisa de preços, gestores e fiscais de contratos, bem como agentes que atuam nas demais fases do processo de contratações.”

Considerando o § 1º, que diz: “Os gestores que atuam nos instrumentos de governança, tais como o PLS e o PAC, também deverão ser capacitados.”





Considerando o § 2º, que diz: “As ações de capacitação contempladas no Plano devem permitir não só o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, como também habilidades e atitudes que são desejáveis ao bom desempenho das funções-chave”.

Considerando ainda o cumprimento das ações previstas no Planejamento Estratégico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) para o sexênio 2021-2026 e o escopo da Certificação ISO 9001:2015, que é:

“O desenvolvimento de competências individuais e organizacionais para a melhoria da prestação jurisdicional, por meio de cursos e eventos”

Encaminhamos o Processo SEI nº 24.0.000017422-6 à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, solicitando a





participação das **Diretorias, Núcleos, Gabinetes de Desembargadores, Corregedoria-Geral e Diretorias de Fóruns**, para o preenchimento do formulário de necessidade de capacitações para o exercício 2025 (Link <https://forms.gle/ZRHFmGDu5T1rXSDL9>) até a data de 15/10/2024.

A metodologia para a elaboração do PAC ESMAT 2025 baseou-se na premissa de engajamento dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as) como fator crítico para o sucesso no levantamento dos temas de capacitação e de desenvolvimento, além das necessidades de desenvolvimento observadas pela Esmat para o cumprimento dos requisitos normativos e da melhoria da prestação jurisdicional.

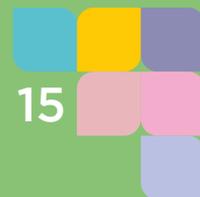


4. Objetivo

O PAC ESMAT 2025 tem o objetivo geral de desenvolver competências individuais e organizacionais nos(as) magistrados(as) e servidores(as) visando à melhoria da prestação jurisdicional, por meio da realização de cursos de capacitação, eventos e pós-graduações *lato* e *stricto sensu*.

O PAC ESMAT 2025 tem os seguintes objetivos específicos:

- Alinhar as necessidades de capacitação e desenvolvimento com a estratégia da Esmat e do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- Estabelecer objetivos e metas institucionais como referência para o planejamento das ações de capacitação e desenvolvimento;
- Atender às necessidades de capacitação nas esferas estratégica, tática e operacional;
- Estabelecer o plano de ações de capacitação e desenvolvimento, de acordo com os princípios de economicidade e eficiência;



5. Resultados Esperados

São resultados esperados do PAC ESMAT 2025:

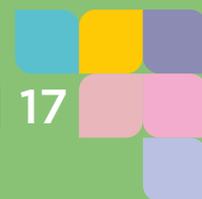
- Realizar ações de capacitação e de desenvolvimento alinhadas ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – Ciclo 2021-2026;
- Realizar ações de capacitação e de desenvolvimento alinhadas ao Planejamento Estratégico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) – Ciclo 2021-2026;
- Realizar ações de capacitação e de desenvolvimento alinhadas ao Plano de Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – Biênio 2025-2027.



6. Áreas de Desenvolvimento

6.1. O conteúdo do PAC ESMAT 2025 abrange as áreas de desenvolvimento estratégico, tático, operacional, com os seguintes eixos temáticos estabelecidos e desenvolvidos pelos Núcleos responsáveis:

- 6.1.1. Cível;
- 6.1.2. Criminal;
- 6.1.3. Família;
- 6.1.4. Fazenda Pública;
- 6.1.5. Execução Fiscal;
- 6.1.6. Infância e Juventude;
- 6.1.7. Políticas Públicas;
- 6.1.8. Governança e Gestão;
- 6.1.9. Tecnologia da Informação e Inovação;
- 6.1.10. Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- 6.1.11. Acessibilidade e Inclusão;
- 6.1.12. Desenvolvimento Humano; e
- 6.1.13. Saúde





6.2. Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (NUFAM)

O Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Nufam) será o responsável pelo planejamento e pela execução de atividades acadêmicas dos eixos relacionados às temáticas da área finalística.

6.3. Núcleo de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores (NUCAS)

O Núcleo de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores (Nucas) será o responsável pelo planejamento e pela execução de atividades acadêmicas dos eixos relacionados às temáticas das áreas-meio.

6.4. Núcleo de Pós-Graduações (NPOS)

O Núcleo de Pós-Graduações será o responsável por formular, planejar e executar os programas de pós-graduações nas modalidades *lato* e/ou *stricto sensu* realizadas pela própria Esmat ou em parceria com outras Instituições de Ensino..



7. Distribuição das Ações de Capacitação por Eixo Temático

7. Distribuição das Ações de Capacitação por Eixo Temático

Para 2025, está contemplado no Plano Anual de Capacitação da Esmat (PAC ESMAT 2025) o total de **145** atividades que totalizam **4803** horas de capacitação, sendo **56** atividades na modalidade EaD, **64** na modalidade presencial e **25** na modalidade híbrida, distribuídas por tipo.

A elaboração dos projetos pedagógicos de cada atividade será de responsabilidade do respectivo Núcleo, conforme descrito no item 6.

A distribuição das ações de capacitação foi realizada de acordo com os respectivos eixos temáticos, conforme tabelas:



Tabela 1 – Atividades/Cursos/Eventos -Eixo Temático Cível

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
1.1	Conciliação e Mediação	EAD	240	NUFAM	ABRIL
1.2	Os precedentes na prática judicante (Teoria e Prática dos Precedentes Vinculantes)	EAD	40	NUFAM	SETEMBRO
1.3	Precedentes com foco nas metas nacionais: Tempo Médio de Julgamento Líquido	EAD	24	NUCAS	JUNHO
1.4	Secretaria Unificada das Varas Cíveis	PRESENCIAL	16	NUCAS	MARÇO
1.5	Elaboração de Sentença Cível e de Sentença do Juizado Especial Cível	PRESENCIAL	40	NUFAM	OUTUBRO
1.6	Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (FONAMEC)	HÍBRIDO	18	NUFAM	FEVEREIRO
1.7	Jurimetria	PRESENCIAL	40	NUFAM	NOVEMBRO
1.8	Aprimoramento da Assessoria Judicial de 1º e 2º Grau: Estratégias e Ferramentas para a Eficiência Processual e a Qualidade da Decisão Judicial	HÍBRIDO	16	NUCAS	SETEMBRO
1.9	Elaboração de Sentenças e Acordãos	EAD	40	NUFAM	MAIO





1.10	Ementas - no prisma da recomendação 154/2024 do CNJ	EAD	40	NUFAM	JUNHO
1.11	Microsistema de precedentes vinculantes, IAC, IRDR e Súmulas	EAD	40	NUFAM	MAIO
1.12	I Encontro Estadual de Precedentes e Ações Coletivas do TJTO	HIBRIDO	12	NUFAM	JUNHO



Tabela 2 – Atividades/ Cursos/Eventos – Eixo Temático Criminal

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
2.1	Corrupção e Improbidade Administrativa	EAD	30	NUFAM	JUNHO
2.2	Capacitação em Inspeções Judiciais: Aplicação da Resolução nº 593/2024	PRESENCIAL	20	NUFAM	AGOSTO
2.3	Sistema de apresentação remota e reconhecimento facial - SAREF	HÍBRIDO	5	NUCAS	MARÇO
2.4	Implantação da metodologia de pré-egressos	PRESENCIAL	8	NUCAS	MARÇO
2.5	Audiência de Custódia	PRESENCIAL	40	NUFAM	JUNHO
2.6	Aspectos Judiciais da Improbidade	PRESENCIAL	18	NUFAM	NOVEMBRO
2.7	Provas no Direito Penal Digital	PRESENCIAL	40	NUFAM	FEVEREIRO
2.8	Juiz de Garantias - Aspectos Práticos	PRESENCIAL	24	NUCAS	MARÇO
2.9	SEEU - Sistema Único de Execução Eletrônica	PRESENCIAL	40	NUFAM	OUTUBRO
2.10	Formação Introdutória para Serviços Penais	EAD	40	NUFAM	SETEMBRO
2.11	Acordo de Não Persecução Penal, Execução da Pena De Multa, Aplicação de Medidas Despenalizadoras - Aspectos Práticos	EAD	40	NUFAM	AGOSTO
2.12	Dosimetria da pena	EAD	20	NUFAM	SETEMBRO

Tabela 3 – Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Família

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
3.1	Formação de facilitadores para atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher	EAD	40	NUFAM	ABRIL
3.2	Fórum de atendimento a vítima de violência doméstica e familiar	HÍBRIDO	18	NUFAM	ABRIL
3.3	Formação de Expositores das Oficinas de Parentalidade e Divórcio: Comarcas de Porto Nacional, Gurupi e Araguaína	PRESENCIAL	48	NUFAM	FEVEREIRO
3.4	Fortalecendo Vínculos: Redes de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar	EAD	40	NUFAM	MAIO
3.5	Programa Em Paz: reflexão e sensibilização de autores de violência doméstica e familiar contra a mulher	EAD	40	NUFAM	MARÇO



Tabela 4 – Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Fazenda Pública

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
4.1	Fazenda Pública em juízo e elaboração de sentença nos juizados fazendários	PRESENCIAL	40	NUFAM	MAIO
4.2	Juizado Especial de Fazenda Pública - Aspectos Práticos	EAD	40	NUFAM	JUNHO

Tabela 5 – Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Execução Fiscal

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
5.1	Expedição de RPV e Precatórios	EAD	24	NUCAS	JUNHO
5.2	Penhora e Avaliação	EAD	16	NUCAS	SETEMBRO
5.3	Precatórios e práticas tributárias	EAD	20	NUCAS	AGOSTO



Tabela 6 – Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Infância e Juventude

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
6.1	Depoimento especial e escuta humanizada	EAD	60	NUCAS	AGOSTO
6.2	V Webinário Amor em Ação	HÍBRIDO	4	NUCAS	MAIO
6.3	Adoção: Processos históricos e jurídicos no contexto brasileiro	EAD	30	NUCAS	MARÇO
6.4	II Webinário sobre Entrega Voluntária (fluxo e responsabilidades da rede)	EAD	4	NUCAS	OUTUBRO
6.5	Inspeções judiciais em programas de execução de medidas socioeducativas em meio aberto e em unidades do meio fechado, e preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeções de Unidades e Programas socioeducativos (CNIUPS)	EAD	40	NUFAM	OUTUBRO



Tabela 7 – Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Políticas Públicas

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
7.1	Segurança e cuidado: Justiça Restaurativa e sociedade saudáveis	EAD	20	NUFAM	MAIO
7.2	Facilitadores da Justiça Restaurativa	PRESENCIAL	70	NUFAM	ABRIL
7.3	Julgamento com perspectiva de Gênero, raça e etnia	EAD	40	NUFAM	MARÇO
7.4	Trâmite dos processos em que será colhido o depoimento especial	EAD	20	NUCAS	JUNHO
7.5	Prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação no ambiente de trabalho	EAD	60	NUCAS	MAIO
7.6	Trabalho com famílias em situação de vulnerabilidades e riscos	EAD	30	NUCAS	MARÇO
7.7	XVIII Congresso Internacional em Direitos Humanos	HÍBRIDO	20	NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÕES	SETEMBRO
7.8	XVIII Congresso Internacional em Direitos Humanos - Edição Internacional	HÍBRIDO	20	NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÕES	ABRIL
7.9	Jurisprudência Interamericana	PRESENCIAL	40	NUFAM	AGOSTO
7.10	Conscientização da LGPD para os profissionais que atuam na área de saúde do TJTO	EAD	40	NUFAM	OUTUBRO



Tabela 8 – Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Governança e Gestão

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
8.1	Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA)	PRESENCIAL	20	NUCAS	MAIO
8.2	Gerenciamento de riscos com base no manual de gestão de riscos do TJTO	PRESENCIAL	16	NUCAS	MARÇO
8.3	Licitação, Artefatos de Planejamento e Gerenciamento de Riscos com base na IN 04/2023 do TJTO	PRESENCIAL	16	NUCAS	MAIO
8.4	Gestão de Contratos Administrativos	PRESENCIAL	16	NUCAS	MAIO
8.5	Aditivos e reequilíbrio econômico-financeiro em obras públicas e serviços de engenharia	PRESENCIAL	16	NUCAS	MAIO
8.6	Alterações e aditivos aos contratos administrativos	PRESENCIAL	16	NUCAS	AGOSTO
8.7	Análise de planilhas de formação de preços em contratos de serviços terceirizados	PRESENCIAL	24	NUCAS	JUNHO
8.8	Aplicação da Juri-metria na elaboração de estratégias para o adequado processamento de demandas repetitivas e predatórias	PRESENCIAL	40	NUFAM	AGOSTO





8.9	Aplicação da nova sistemática de juros e correção monetária para Contadores Judiciais	PRESENCIAL	16	NUCAS	JUNHO
8.10	Conscientização em proteção de dados nas rotinas de trabalho	EAD	40	NUFAM	OUTUBRO
8.11	Contratação direta com base na Lei 14.133/2021 e seus regulamentos com simulação prática no sistema do Governo Federal	PRESENCIAL	16	NUCAS	FEVEREIRO
8.12	Cumprimento de Mandados Judiciais	PRESENCIAL	20	NUCAS	AGOSTO
8.13	Gestão por Competência	PRESENCIAL	24	NUCAS	FEVEREIRO
8.14	Língua Portuguesa: Gramática e Redação Oficial	PRESENCIAL	20	NUCAS	JUNHO
8.15	I Encontro de Oficina em Proteção de Dados no Poder Judiciário	HÍBRIDO	18	NUFAM	ABRIL
8.16	I Encontro Nacional de Inteligência do Poder Judiciário (VI ENIPJ)	HÍBRIDO	18	NUFAM	MARÇO
8.17	Técnico-jurídica dos (as) juízes (as) corregedores (as) permanentes e equipe correcional na fiscalização das serventias extrajudiciais	HÍBRIDO	40	NUFAM	JUNHO





8.18	Atendimento ao Público	EAD	20	NUCAS	FEVEREIRO
8.19	Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência	EAD	16	NUCAS	SETEMBRO
8.20	Gestão da inovação e gestão ágil no sistema de justiça	PRESENCIAL	16	NUCAS	MARÇO
8.21	Gestão de Projetos e Metodologias Ágeis	EAD	20	NUCAS	JUNHO
8.22	Instrumentos de planejamento e governança nas licitações e contratos	EAD	16	NUCAS	SETEMBRO
8.23	Media Training para porta-vozes da CG-JUS (Mídia Training)	PRESENCIAL	20	NUCAS	MAIO
8.24	I Encontro Estadual das Equipes Multidisciplinares do TJTO	PRESENCIAL	4	NUCAS	OUTUBRO
8.25	Trilha formativa das equipes multidisciplinares do TJTO para atendimento especializado	EAD	100	NUCAS	AGOSTO
8.26	Redação e Elaboração Oficial de Atos Normativos	EAD	20	NUCAS	MARÇO
8.27	Gestão Administrativa - Diretoria Fóruns	HÍBRIDO	16	NUCAS	ABRIL
8.28	Preparação para servidores que atuam na justiça militar	EAD	40	NUFAM	AGOSTO





8.29	LGPD e a sua conexão com outros ramos do direito	EAD	40	NUFAM	SETEMBRO
8.30	Elaboração de Termo de Cooperação, Instrumentos Congêneres e Convênios	EAD	16	NUCAS	NOVEMBRO
8.31	Gestão para Assesores Jurídicos de 1º Grau	EAD	40	NUFAM	SETEMBRO
8.32	Capacitação Inicial para Estagiários	EAD	20	NUCAS	JUNHO
8.33	Formadores em Regularização Fundiária Urbana (REURB)	HÍBRIDO	40	NUFAM	OUTUBRO
8.34	Improbidade Administrativa - aspectos práticos	EAD	40	NUFAM	NOVEMBRO
8.35	Entrevista de Inteligência	PRESENCIAL	40	NUFAM	NOVEMBRO
8.36	Admissibilidade de Recursos Constitucionais	PRESENCIAL	40	NUFAM	OUTUBRO



Tabela 9 – Atividades/Cursos/Eventos – Eixo Temático Tecnologia da Informação e Inovação

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
9.1	Resposta a incidentes de segurança e gestão de riscos	PRESENCIAL	16	NUCAS	OUTUBRO
9.2	Inteligência Artificial Generativa	PRESENCIAL	16	NUFAM	MARÇO
9.3	Inteligência Artificial na área da Saúde	PRESENCIAL	16	NUCAS	AGOSTO
9.4	Inteligência Artificial Generativa - Projeto Hórus	PRESENCIAL	16	NUFAM	SETEMBRO
9.5	Blockchain e Criptoativos (aspectos introdutórios e práticos)	PRESENCIAL	40	NUFAM	MARÇO
9.6	Perícia Genética, Cibernética e de Documentoscopia	PRESENCIAL	40	NUFAM	MARÇO
9.7	Google Workspace: O uso eficaz dos recursos no TJTO - Turma V	EAD	20	NUCAS	NOVEMBRO
9.8	Storytelling, Dashboards e Técnicas de Apresentação Para Cientistas de Dados	EAD	16	NUCAS	SETEMBRO
9.9	Tabelas Processuais Unificadas - TPUs	EAD	40	NUFAM	ABRIL
9.10	e-Proc Movimentação processual	EAD	12	NUCAS	JANEIRO





9.11	Audiências por Videoconferência e Instrução Processual - Aspectos Práticos	HÍBRIDO	40	NUFAM	NOVEMBRO
9.12	Conscientização da LGPD para os profissionais que atuam na área de saúde do TJTO	EAD	40	NUFAM	MAIO
9.13	Formação do Encarregado e dos membros do Comitê Gestor de Proteção de Dados com a atualização de pautas debatidas por estudiosos da lei	PRESENCIAL	40	NUFAM	AGOSTO
9.14	Administering Windows Server	EAD	20	NUCAS	SETEMBRO
9.15	Sistema INFOJUD	EAD	6	NUCAS	MAIO
9.16	Sistema INFOSEG	EAD	6	NUCAS	MAIO
9.17	Sistema RENAJUD	EAD	6	NUCAS	JUNHO
9.18	Sistema SIEL	EAD	6	NUCAS	JUNHO
9.19	Sistema SISBAJUD	EAD	6	NUCAS	AGOSTO



Tabela 10 – Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Meio Ambiente e Sustentabilidade

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
10.1	V Seminário de Gestão Socioambiental	HÍBRIDO	12	NUCAS	JUNHO
10.2	Líderes Sustentáveis - ESG e Sustentabilidade	PRESENCIAL	16	NUCAS	ABRIL
10.3	Compra Sustentável e a nova lei de licitações (eixo esg e políticas públicas, definindo critérios de sustentabilidade nas licitações públicas)	PRESENCIAL	16	NUCAS	FEVEREIRO
10.4	Direito Ambiental e Contratos Agrícolas: sustentabilidade e prática jurídica	PRESENCIAL	40	NUFAM	FEVEREIRO
10.5	Brigada de Incêndio	PRESENCIAL	16	NUCAS	JANEIRO



Tabela 11 – Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Acessibilidade e Inclusão

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
11.1	Racismo na Formação Social e Histórica do Brasil	HÍBRIDO	10	NUCAS	ABRIL
11.2	VI Seminário em Comemoração ao dia Internacional da Pessoa com Deficiência	HÍBRIDO	4	NUCAS	DEZEMBRO
11.3	Formação e Sensibilização para o atendimento e recepção à pessoas com deficiência e/ou neurodivergentes	EAD	10	NUCAS	AGOSTO
11.4	Informática e Comunicação na Temática de Acessibilidade Digital	PRESENCIAL	16	NUCAS	MAIO
11.5	Normas e padrões de acessibilidade e aplicação de tecnologias assistivas	PRESENCIAL	10	NUCAS	AGOSTO
11.6	Pleno atendimento à pessoa com deficiência	EAD	40	NUFAM	SETEMBRO
11.7	II Encontro da Rede Estadual de Linguagem Simples - SIMPLESTOC	HÍBRIDO	4	NUCAS	OUTUBRO
11.8	Humanização do atendimento às pessoas LGBTQIAPN+ : desafios para o Poder Judiciário"	EAD	40	NUFAM	MARÇO



Tabela 12 – Atividades/Cursos/Eventos - Eixo Temático Desenvolvimento Humano

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
12.1	Palestra do dia do Servidor	HÍBRIDO	4	NUCAS	OUTUBRO
12.2	III Seminário da Pessoa Idosa do Poder Judiciário Tocantinense	HÍBRIDO	5	NUCAS	OUTUBRO
12.3	Inteligência Emocional - Gestão das Emoções	PRESENCIAL	40	NUFAM	AGOSTO
12.4	EDUCAJUS: Justiça e Escola a Serviço da Cidadania (Turmas I e II)	PRESENCIAL	40	NUFAM	MARÇO
12.5	Armamento e Tiro aplicada à proteção de autoridades	PRESENCIAL	40	NUFAM	AGOSTO
12.6	Defesa pessoal e direção defensiva	PRESENCIAL	40	NUFAM	AGOSTO
12.7	Gestão de Pessoas e Liderança	PRESENCIAL	20	NUCAS	MARÇO
12.8	Soft skills em um ambiente VUCA	PRESENCIAL	40	NUFAM	MAIO
12.9	Seminário da Justiça Restaurativa	HÍBRIDO	18	NUFAM	JUNHO
12.10	Preparatório para o Teletrabalho	EAD	42	NUCAS	FEVEREIRO



Tabela 13 – Atividades/Cursos/Eventos Eixo Temático Saúde

Item PAC Esmat	Atividade / Evento / Curso de Capacitação	Modalidade	Carga Horária	Núcleo Responsável	Previsão de Realização
13.1	Teoria e Prática dos processos de judicialização da saúde	PRESENCIAL	30	NUFAM	ABRIL
13.2	Palestra da Semana da Saúde (título a definir)	HÍBRIDO	4	NUCAS	ABRIL
13.3	Curso da Semana da Saúde (título a definir)	PRESENCIAL	12	NUCAS	ABRIL
13.4	Primeiros Socorros	PRESENCIAL	16	NUCAS	ABRIL
13.5	Detecção de espectros autistas e TDAH em servidores e magistrados	PRESENCIAL	40	NUFAM	JUNHO
13.6	Palestra Setembro Amarelo	HÍBRIDO	5	NUCAS	SETEMBRO
13.7	Programa de Capacitação sobre a Resolução 530/2023 - Ações de Saúde	HÍBRIDO	40	NUFAM	ABRIL
13.8	Workshop para a resolução adequada das demandas de assistência à saúde, conforme as diretrizes da Resolução CNJ nº 530/2023	HÍBRIDO	8	NUFAM	MAIO
13.9	Atualização em Perícias Médicas Judiciais	EAD	40	NUCAS	JANEIRO
13.10	III Simpósio O direito e a Saúde: em Foco a Judicialização da Saúde	PRESENCIAL	8	NUFAM	FEVEREIRO



8. Eventos Institucionais

Para 2025, está contemplado no Plano Anual de Capacitação da Esmat (PAC ESMAT 2025) o total de **20** eventos.

Os eventos serão realizados de acordo com a temática específica, formulados, planejados e executados pelo Núcleo da respectiva temática.



Tabela 14 – Calendário de Eventos

Nome do Evento / Temática	Eixo Temático	Núcleo Respon- sável	Local de Realização	Previsão de Realização
Fórum Nacional de Me- dição e Conciliação (FONAMEC)	CÍVEL	NUFAM	Auditório do TJTO	FEVEREIRO
III Simpósio O direito e a Saúde: em Foco a Judi- cialização da Saúde	SAÚDE	NUFAM	Auditório do TJTO	FEVEREIRO
I Encontro Nacional de Inteligência do Poder Judiciário (VI ENIPJ)	GOVERNANÇA E GESTÃO	NUFAM	Auditório do TJTO	MARÇO
Fórum de atendimento a vítima de violência do- méstica e familiar	FAMÍLIA	NUFAM	Auditório do TJTO	ABRIL
XVIII Congresso Inter- nacional em Direitos Humanos - Edição Inter- nacional	POLÍTICAS PÚBLI- CAS	NÚCLEO DE PÓS GRADUA- ÇÕES	A definir	ABRIL
I Encontro de Oficina em Proteção de Dados no Poder Judiciário	GOVERNANÇA E GESTÃO	NUFAM	A definir	ABRIL
Palestra da Semana da Saúde (título a definir)	SAÚDE	NUCAS	Auditório do TJTO	ABRIL
V Webinário Amor em Ação	INFÂNCIA E JUVEN- TUDE	NUCAS	A definir	MAIO
Workshop para a reso- lução adequada das de- mandas de assistência à saúde, conforme as dire- trizes da Resolução CNJ nº 530/2023	SAÚDE	NUFAM	A definir	MAIO
V Seminário de Gestão Socioambiental	MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	NUCAS	Auditório do TJTO	JUNHO





Seminário da Justiça Restaurativa	DESENVOLVIMENTO HUMANO	NUFAM	A definir	JUNHO
I Encontro Estadual de Precedentes e Ações Coletivas do TJTO	CÍVEL	NUFAM	Auditório do TJTO	JUNHO
XVIII Congresso Internacional em Direitos Humanos	POLÍTICAS PÚBLICAS	NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÕES	Auditório do TJTO	SETEMBRO
Palestra Setembro Amarelo	SAÚDE	NUCAS	Auditório do TJTO	SETEMBRO
II Encontro da Rede Estadual de Linguagem Simples - SIMPLESTOC	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	NUCAS	Auditório do TJTO	OUTUBRO
II Webinário sobre Entrega Voluntária (fluxo e responsabilidades da rede)	INFÂNCIA E JUVENTUDE	NUCAS	A definir	OUTUBRO
III Seminário da Pessoa Idosa do Poder Judiciário Tocantinense	DESENVOLVIMENTO HUMANO	NUCAS	Auditório do TJTO	OUTUBRO
Palestra do dia do Servidor	DESENVOLVIMENTO HUMANO	NUCAS	A definir	OUTUBRO
I Encontro Estadual das Equipes Multidisciplinares do TJTO	GOVERNANÇA E GESTÃO	NUCAS	A definir	NOVEMBRO
VI Seminário em Comemoração ao dia Internacional da Pessoa com Deficiência	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	NUCAS	Auditório do TJTO	DEZEMBRO



9. Pós-Graduações *Lato Sensu*

Nome do Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	Núcleo Responsável	Carga Horária	Previsão de Realização
Inovações Educacionais para Ambiente Corporativo (Nova)	NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÕES	120	FEVEREIRO
Direito Constitucional (Nova)	NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÕES	180	FEVEREIRO
Pós em Residência Jurídica (Turma em andamento)	NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÕES	220	FEVEREIRO



10. Pós-Graduações *Stricto Sensu*

Nome do Pós Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Núcleo Responsável	Carga Horária	Previsão de Realização
Doutorado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos	NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÕES	100	FEVEREIRO À DEZEMBRO
Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos	NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÕES	100	FEVEREIRO À DEZEMBRO
Mestrado em Governança e Transformação Digital	NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÕES	100	FEVEREIRO
Doutorado em Governança e Transformação Digital (Turma em andamento)	NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÕES	100	FEVEREIRO À DEZEMBRO
Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (Turma em andamento)	NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÕES	100	FEVEREIRO



11. Orçamento

O Orçamento para apoio e execução das ações de capacitação para o exercício de 2025 está dividido nas seguintes fontes:

11.1. Orçamento de Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos.

UG: Tribunal - 0501.02.061.1145.2181;

11.2 Orçamento de Capacitação de Magistrados(as) e de Servidores(as) do Poder Judiciário.

UG: Tribunal - 0501.02.128.1145.2174 e UG: Fun-juris - 0601.02.128.1145.4180.

Para o ano de 2025, a Esmat tem como meta executar o percentual mínimo de 98,5% do orçamento total.



12. Vigência

O PAC ESMAT 2025 terá o prazo de vigência com início em 8 de janeiro de 2025 e término em 19 de dezembro de 2025.



13. Considerações Finais

O PAC ESMAT 2025 reafirma o papel fundamental da Esmat como promotora do desenvolvimento humano e organizacional no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense. Por meio da implementação de **145** atividades, que totalizam **4803** horas de capacitação, o plano estabelece uma base sólida para o aprimoramento contínuo das competências técnicas e comportamentais dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as).

A execução do PAC ESMAT 2025 será sustentada pelo compromisso com a inovação, sustentabilidade e acessibilidade, buscando sempre a excelência na formação e no aperfeiçoamento profissional. Com metas alinhadas ao planejamento estratégico do Tribunal de Justiça, Esmate diretrizes do CNJ, espera-se consolidar os resultados esperados, que incluem o fortalecimento institucional, a melhoria da gestão administrativa e a promoção de uma cultura de aprendizado contínuo.





Com este plano, a Esmat reafirma seu compromisso com a qualidade e a eficiência na educação judicial, contribuindo de maneira decisiva para a concretização de uma justiça mais acessível, inclusiva e eficiente para a sociedade tocantinense. O sucesso do PAC ESMAT 2025 depende do engajamento de todos(as) os(as) envolvidos(as), que, juntos(as), podem transformar desafios em oportunidades de crescimento e de inovação.



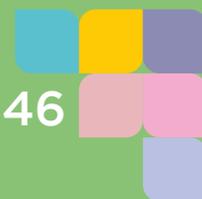
14.Referências

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 207/2015 que institui a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2189>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 238/2016 que dispõe sobre a criação e manutenção, pelos Tribunais de Justiça de Comitês Estaduais de Saúde, bem como a especialização de vara em comarcas com mais de uma vara de fazenda pública. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2339>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 240/2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2342>.





Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 299/2019 dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431/2017. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/original-000346201912045de6f7e29dcd6.pdf>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 347/2020 que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas dos Órgãos do Poder Judiciário, dispondo sobre princípios, diretrizes, instrumentos e mecanismos. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3518>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 349/2020 que dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/original131706202010285f996f527203d.pdf>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 351/2020 que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Assédio Sexual e da





Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557#:~:text=351%2F2020%2C%20bem%20como%20os,sexual%2C%20ass%C3%A9dio%20moral%20e%20discrimina%C3%A7%C3%A3o..>

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 388/2021 que dispõe sobre a reestruturação dos Comitês Estaduais de Saúde, fixados pela Resolução CNJ nº 238/2016, e dá outras providências. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3868>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 395/2021 que institui a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3973>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 396/2021 que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ). Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3975>.





Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 400/2021 que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no Âmbito do Poder Judiciário. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3986>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 401/2021 que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes voltadas à acessibilidade e à inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3987>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 504/2023 que altera a resolução 490/2023 que institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial, destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5135>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 519/2023 que institui o Prêmio Equidade Racial, com o objetivo de estimular e disseminar práticas que visem a eliminação das equidades raciais, premiando





ações, projetos ou programas inovadores que combatam ao racismo e impulsionem a equidade racial no âmbito do Poder Judiciário. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5252>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 520/2023 que dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5253>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 526/2023 que dispõe sobre a ações voltadas à aposentadoria de magistrados (as) no âmbito da Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5289>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 530/2023 que institui a Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde, que estabelece diretrizes para o planejamento de ações no âmbito do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS) e o seu respectivo Plano





Nacional (2024-2029). Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5330>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 550/2024 que altera a Resolução CNJ nº 400/2021 que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no Âmbito do Poder Judiciário. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/original124946202404196622686a83ab9.pdf>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 576/2024 que altera a Resolução CNJ nº 107/2010 e institui a Semana Nacional da Saúde. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/original1526332024090266d5d929b70e1.pdf>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 593/2024 que dispõe sobre as Inspeções Judiciais nos estabelecimentos de privação de liberdade. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/original1120343202411146735e71f12618.pdf>.

Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 598/2024 que estabelece diretrizes para adoção de Perspectiva Racial nos julgamentos em todo o Po-





der Judiciário, definidas no protocolo elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Presidência nº 73/2024.

Recomendação do Conselho Nacional de Justiça nº 144/2023 que recomenda aos tribunais que implementem o uso da linguagem simples nas comunicações e atos que editem.

Lei 13.709/2018 – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm.

Lei 14.133/2021 – Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm.





Instrução Normativa nº 04/2023 – Dispõe sobre normas e procedimentos para as contratações de bens, serviços e obras no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Disponível em <https://wwa.tjto.jus.br/elegis/Home/Imprimir/3372>.

Instrução Normativa nº 05/2023 – Dispõe sobre as diretrizes e as competências para a execução da Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário do Estado do Tocantins, instituída pela [Resolução nº 31, de 29 de setembro de 2021](#). Disponível em <https://wwa.tjto.jus.br/elegis/Home/Imprimir/3374>.

Instrução Normativa nº 06/2023 - Dispõe sobre o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, no Âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Disponível em <https://wwa.tjto.jus.br/elegis/Home/Imprimir/3380>.

Instrução Normativa TJTO nº 13/2023 – Regulamenta o Residência Jurídica, no Âmbito do Poder Judiciário





do Tocantins. Disponível em <https://wwa.tjto.jus.br/elegis/Home/Imprimir/3709>.

Resolução TJTO 09/2021 que institui e disciplina o Centro de Inteligência do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (CINUGEP) e dá outras providências. Disponível em <https://wwa.tjto.jus.br/elegis/Home/Imprimir/2409>.

Resolução TJTO 10/2024 que dispõe sobre o Sistema de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Disponível em <https://wwa.tjto.jus.br/elegis/Home/Imprimir/4019>.

Resolução TJTO 28/2024 que dispõe sobre a Política Judiciária Estadual de tratamento dos conflitos de interesses judiciais, disciplina a organização e o funcionamento do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e as atividades dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), do Poder Judiciário do Estado do Tocantins e adota outras providências. Disponível em <https://wwa.tjto.jus.br/elegis/Home/Imprimir/4326>.





Portaria nº 1.965/2018 – Dispõe sobre regras de participação, frequência, aproveitamento e ressarcimento relativos às ações de educação continuada, no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense. Disponível em <https://wwa.tjto.jus.br/elegis/Home/Imprimir/1708>.

Portaria nº 158/2023 da CAPES – Institui e regulamenta a governança da informação documentada relacionada à pós-graduação stricto sensu. Disponível em <http://cad.capes.gov.br/ato=-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic-12742#anchor>.

Resolução do Conselho Estadual de Educação do Tocantins nº 143/2022 – Dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins, e dá outras providências. Disponível em <https://central.to.gov.br/download/314297>.



15. Expediente

15.1. Direção

Diretor Geral da Esmat

Desembargador Marco Villas Boas

Diretora Executiva da Esmat

Ana Beatriz de Oliveira Pretto

15.2. Equipe Técnica Responsável pelo PAC ESMAT 2025

Andreia Teixeira Marinho Barbosa

Lilian Gama da Silva Póvoa

Jadir Alves de Oliveira

Lily Sany Silva Leite

Lucilene Aparecida da Silva

Maria Luiza C. P. Nascimento

Vinícius Fernandes Barboza

15.3. Arte e Diagramação

Michele Fogaça

15.4. Revisão Ortográfica

Maria Ângela Barbosa Lopes

